

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.776.770 - SP
(2018/0286881-4)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : PEDRO GUILHERME ACCORSI LUNARDELLI - SP106769
CRISTINA CALTACCI BARTOLASSI - SP187358

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão da Primeira Turma do STJ assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ARTS. 219 E 1.003, § 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO POR AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.003, § 6º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – É intempestivo o Recurso Especial interposto fora do prazo de quinze dias previsto nos arts. 219 e 1.003, § 5º, do estatuto processual civil de 2015.

III – Nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, não se admitindo a comprovação posterior. Precedentes da Corte Especial e das Turmas componentes da 1ª e 2ª Seção.

IV – A suspensão dos prazos processuais em decorrência de feriado local deve ser comprovada mediante documento idôneo, sendo insuficiente, para tanto, a mera referência, nas razões do recurso, à existência de norma local ou ato normativo do tribunal de origem ou a juntada de documento não dotado de fé-pública. Precedentes das turmas componentes da 1ª e 2ª Seções desta Corte.

V – A Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a

configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII – Agravo Interno improvido.

A parte embargante aponta divergência do aresto acima com julgado também da Primeira Turma, em composição diversa da atual:

PROCESSUAL CIVIL. QUARTA-FEIRA DE CINZAS. FERIADO INTEGRAL DETERMINADO PELO TRIBUNAL LOCAL. SUSPENSÃO DOS PRAZOS RECURSAIS. CONFIRMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO ÀQUELA CORTE.

1. Recurso especial contra acórdão que considerou agravo de instrumento tempestivo, visto que a quarta-feira de cinzas foi feriado no Tribunal local.

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que havendo expediente vespertino na quarta-feira de cinzas, é o dia computável para fins de contagem de prazo recursal (REsp nº 679351/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 23/05/05), cabendo à parte recorrente juntar, quando da interposição do recurso, certidão ou algum documento que comprove o não-funcionamento do Tribunal no aludido dia (quarta-feira de cinzas), para que se possa aferir, com certeza, a tempestividade do recurso.

3. Apesar de inexistir nos autos qualquer certidão ou documentação comprobatória do feriado da quarta-feira de cinzas, há afirmação do Ministério Público no sentido de que conforme informações obtidas na Secretaria do Tribunal de Justiça de Alagoas neste dia não houve expediente normal. Em sendo assim, *mutatis mutandi*, conforme preconiza o susotranscrito inc. II do par. 1º do art. 184 do CPC, somente no dia subsequente começaria a contagem do prazo recursal.

4. Não se pode desprezar informação do representante do Parquet local (que possui fé-pública, até comprovação em contrário) que, à época (1998), cautelosamente diligenciou junto ao Tribunal *a quo* a fim de certificar-se do referido feriado.

5. Recurso não-provido. (REsp 827.110/AL, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 3.8.2006, p. 224)

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 20.11.2019.

Não há como admitir os Embargos de Divergência, haja vista que o presente recurso não supera o juízo de admissibilidade.

O art. 1.043, I, III e § 4º, do CPC/2015 determina que:

Art. 1.043. É embargável o **acórdão de órgão fracionário**

que:

I - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, **sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;**

(...)

III - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, **sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia;** (grifei)

(...)

§ 4º O recorrente provará a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, inclusive em mídia eletrônica, onde foi publicado o acórdão divergente, ou com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, indicando a respectiva fonte, e **mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.** (grifei)

Desta forma, para que os Embargos de Divergência sejam admitidos, faz-se necessária a demonstração, entre outros requisitos: a) que os acórdãos embargado e paradigma sejam de mérito, ou se um deles, embora não conhecendo do recurso, tenha apreciado a controvérsia; b) que a divergência seja atual; c) que haja similitude entre as premissas fáticas que envolvem os casos enfrentados no acórdão embargado e no paradigma; d) que as soluções jurídicas conferidas a esses casos sejam conflitantes.

In casu, não há similitude fática entre os arestos confrontados. No acórdão embargado, entendeu-se que "(...) a suspensão dos prazos processuais em decorrência de feriado local deve ser comprovada mediante documento idôneo, sendo insuficiente, para tanto, a mera referência, nas razões do recurso, à existência de norma local ou ato normativo do tribunal de origem ou a juntada de documento não dotado de fé-pública (...)".

No julgado paradigma, considerando as **peculiaridades do caso concreto**, concluiu que foi demonstrada a tempestividade do recurso oposto na instância de origem, pois o "(...) representante do *Parquet* local (que possui fé-pública, até comprovação em contrário) que, à época (1998), cautelosamente diligenciou junto ao Tribunal *a quo* a fim de certificar-se do referido feriado".

Ao contrário do que afirma a embargante, não há divergência quanto à possibilidade de comprovação da tempestividade através da afirmação de agente dotado de fé pública. O julgado consignou, de maneira peremptória, que a juntada de documento não dotado de fé pública não é suficiente à comprovação da tempestividade recursal.

Ademais, a embargante não se desincumbiu do ônus de comprovar a existência de dissídio atual entre órgãos fracionários do STJ. Aplica-se à hipótese o enunciado da Súmula 168/STJ ("Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado").

O acórdão embargado está em consonância com a compreensão

firmada no STJ de que "(...) a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção de expediente forense deve ser demonstrada no ato de interposição do recurso, por meio de documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública" (AgInt nos EDcl no AREsp 1.419.338/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 3.10.2019).

Ainda nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. Encontra-se pacificado nesta Corte entendimento segundo o qual a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública. Precedentes.

3. Não se conhece do recurso especial manifestamente inadmissível, porquanto intempestivo, eis que interposto fora do prazo de 30 (trinta) dias úteis, nos termos dos arts. 183 e 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5º, 1.029, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil. Inteligência do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.686.469/AM, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27.3.2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. COMPROVAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL AD QUEM. IMPOSSIBILIDADE.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Encontra-se "pacificado nesta Corte entendimento segundo o qual a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do

expediente forense deve ser demonstrada por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública" (AgInt no REsp 1.686.469/AM, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 21/03/2018).

3. De acordo com o CPC/2015, a ocorrência de feriado ou a suspensão de expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo no ato da interposição do recurso.

4. Descabe a aplicação da regra do parágrafo único do art. 932 do CPC/2015, segundo a qual, "antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível".

5. É intempestivo o agravo interposto fora do prazo de 30 (trinta) dias úteis previsto no art. 1.003, § 5º, c/c os arts. 183 e 219, todos do CPC/2015.

6. Hipótese em que a parte recorrente não comprovou, no momento da interposição do recurso, o feriado e suspensão do expediente forense alegados, não havendo como afastar a intempestividade do agravo em recurso especial.

7. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.360.066/PI, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 20.8.2019)

Diante do exposto, **indefiro liminarmente os Embargos de Divergência**, nos termos do art. 266-C do RI/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator